



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

Aos doze dias do mês de janeiro de 2016, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da ata n.º 11/XIII/1.ªSL;**
2. **Apreciação e aprovação do parecer relativo ao *Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 – Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 – Não é o momento de continuarmos como dantes* [\[COM\(2015\)610\]](#)  
Autor do relatório: Deputado Bruno Vitorino (PSD);**
3. **Apreciação e aprovação do parecer relativo à Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 91/477/CEE do Conselho relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas** [\[COM\(2015\)750\]](#)  
Autor do relatório: Deputado José Miguel Medeiros (PS);
4. **Agenda da Comissão;**
5. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado Marco António Costa (PSD), foi submetida à apreciação da Comissão a ata n.º 11/1.ª/XIII, tendo sido aprovada por unanimidade.

De seguida o Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) apresentou o relatório referente ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 - Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 – *Não é o momento de continuarmos como dantes* [COM(2015)610].

Intervieram no debate que se seguiu os Senhores Deputados Ascenso Simões (PS), José Miguel Medeiros (PS), João Vasconcelos (BE), Jorge Machado (PCP) e João Rebelo (CDS-PP).

Submetido a votação foi aprovado com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE e do PCP.

O Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) entregou uma declaração de voto, anexa à ata.

O Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) apresentou então o relatório referente à Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 91/477/CEE do Conselho relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas [COM(2015)750].

No debate que se seguiu intervieram os Senhores Deputados João Rebelo (CDS-PP), Pedro Roque (PSD) e João Vasconcelos (BE).

Submetido a votação, foi o relatório aprovado por unanimidade.

No ponto dedicado à agenda da Comissão, o Senhor Presidente informou os Senhores Deputados da calendarização, previamente preparada pela Mesa: dia 19 de janeiro, às 16.30, audição do Senhor Vice-Almirante Torres Sobral, Diretor Nacional de Segurança, na qual proferirá uma palestra sobre o tratamento de informação classificada - sendo também convidados a participar os Senhores Deputados da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e da Comissão dos Assuntos Europeus; dia 26 de janeiro ou 2 de fevereiro, visita às instalações do Serviço de Informações da República Portuguesa; dia 16 ou 23 de fevereiro, visita à Unidade Naval do Alfeite - tendo o Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) proposto que, sendo viável, se aproveitasse a deslocação para fazer uma visita ao Arsenal do Alfeite; dia 15 ou 22 de março, visita ao Campo Militar de Santa Margarida, e dia 19 de abril, visita à Base Aérea n.º 6 (Montijo).

Lembrou ainda que, no âmbito da Presidência Holandesa, terá lugar em 23 de fevereiro em Bruxelas a Reunião Interparlamentar de Comissões Congéneres, organizada pela comissão AFET do Parlamento Europeu, sob o tema “*EU Global strategy and EU-NATO relations ahead of the Warsaw Summit*”, e que de 6 a 8 de abril

terá lugar em Haia a Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD. De acordo com sugestão da Mesa, a Comissão deverá fazer-se representar pelo Presidente, na primeira, e, em princípio, pelos Senhores Deputados José de Matos Correia (PSD) e Miranda Calha (PS), na segunda.

Comunicou também que, de acordo com o que foi debatido na referida reunião da Mesa, seria importante organizar em março uma conferência sobre Segurança e Defesa, destinada a preparar o contributo a dar pela Assembleia da República para a Revisão da Estratégia Global da União Europeia em matéria de Política Externa e Segurança, e ainda outra conferência, em data acordar, sob o tema “A caminho de Varsóvia” para preparar a Cimeira da NATO que terá lugar em julho.

Finalmente propôs que a Comissão respondesse aos ofícios enviados pela Comissão de Assuntos Europeus, nos quais se apelava à colaboração entre Comissões, com base na necessidade de aprofundar o desempenho do Parlamento no acompanhamento dos assuntos europeus, manifestando acordo com as sugestões apresentadas e mostrar disponibilidade para avaliar, em cada momento, a importância da realização de reuniões conjuntas, mediante propostas concretas e, designadamente, acolhendo a sugestão da constituição de um grupo de trabalho com membros das três Comissões envolvidas com o objetivo de preparar um contributo institucional para a revisão da Estratégia de Política Externa e de Segurança da União Europeia, tendo em vista a Conferência Interparlamentar a ter lugar em Haia, de 6 a 8 de abril de 2016.

Foi também dado conhecimento à Comissão da proposta de Calendário das Audições do Ministro da Defesa Nacional, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, enviado pelo Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, sendo a primeira referente ao Orçamento de Estado, ainda sem data, e as seguintes em abril, junho e setembro. O Senhor Presidente tentará ainda agendar com o Senhor Ministro uma audição antes da referente à do Orçamento de Estado.

A Senhora Deputada Teresa Morais (PSD), no ponto destinado aos Outros Assuntos, propôs aditar ao Plano de Atividades da Comissão a realização de um Colóquio sobre o

papel das mulheres nas Forças Nacionais Destacadas, a realizar em março, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, o que foi aceite consensualmente.

Finalmente, foi distribuído ao Senhor Deputado Diogo Leão (PS), para elaboração de relatório, a ser enviado à Comissão de Assuntos Europeus até 25 de janeiro, a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à luta contra o terrorismo e que substitui a Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho relativa à luta contra o terrorismo [[COM\(2015\)625](#)], que tinha acabado de dar entrada na Comissão.

A reunião foi encerrada às 16:50, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de janeiro de 2016.

**O PRESIDENTE**

**(MARCO ANTÓNIO COSTA)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro  
Ascenso Simões  
Bruno Vitorino  
Clara Marques Mendes  
Diogo Leão  
Firmino Pereira  
Idália Salvador Serrão  
João Rebelo  
João Vasconcelos  
Jorge Machado  
José de Matos Correia  
José Miguel Medeiros  
Marco António Costa  
Miguel Coelho  
Miranda Calha  
Pedro Roque  
Teresa Moraes  
António Filipe  
Filipe Neto Brandão  
Hugo Lopes Soares  
Luís Leite Ramos  
Luís Montenegro  
Luís Vales  
Miguel Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves  
Rosa Maria Bastos Albernaz  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joaquim Barreto  
Pedro Filipe Soares  
Vitalino Canas

## DECLARAÇÃO DE VOTO

A Comissão de Defesa Nacional analisou e aprovou a proposta de relatório, do Senhor Deputado Bruno Vitorino sobre o “Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 – Não é momento de continuarmos como dantes”.

O relatório apresenta-se bem estruturado, competente e suficiente. Porém, assumi, nesta reunião, a necessidade de se permitir a inclusão do ponto 19, relativo à questão da possível criação de uma guarda costeira e de fronteiras, no universo de trabalhos da nossa CDN, uma vez que as competências que, em Portugal, estão entregues à Autoridade Marítima devem ser aqui acompanhadas.

Na presente reunião alertei ainda para a necessidade de se avaliarem dois pressupostos do acompanhamento criterioso da agenda da “comissão”.

O primeiro, que resulta de uma leitura das atas da anterior legislatura, é o que indica que, após a análise “burocrática” do programa anual, não há qualquer regresso aos temas com discussão aprofundada que não seja por iniciativa do Governo, ou qualquer avaliação sistemática. Tal situação demonstra a necessidade de se reponderar o método de trabalho quanto a estas matérias, até na relação com outras comissões e com as entidades europeias.

O segundo, que resulta da necessidade de se acertar, previamente, o perímetro de intervenção. O trabalho muito “minifundiário” das comissões parlamentares leva a que se passe à frente em cada matéria como se se destinasse, cada discussão, a cumprir um mero calendário. Não é para isso que se constituem comissões. Assim, a Conferência de Presidentes deveria determinar o nível de acerto a que cada área deve observar, garantindo o cumprimento de um princípio de vinculação posterior na avaliação e acompanhamento de cada programa anual.

Fica este contributo que se quer comprometer com uma melhoria do funcionamento da CDN.

*O Deputado  
Ascenso Simões*